



# **SIMULANDO A BANCA**

## **STM**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA  
SIMULADO 01**



SIMULANDOABANCA\_OFICIAL



WWW.SIMULANDOABANCA.COM.BR

## INFORMAÇÕES DO CONCURSO

**ORGÃO:** SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**CARGO:** TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

**REMUNERAÇÃO:** R\$9.052,51

**VAGAS:** VAGAS + CADASTRO RESERVA

**DATA DA PROVA:** 08/06/2025

**HORÁRIO PROVÁVEL:** 09H AS 12H:30

**TEMPO DE PROVA:** 03 HORAS E 30 MINUTOS

**PROVA:** 120 QUESTÕES (CERTO/ERRADO)

## ATENÇÃO!

Nos termos da Lei nº 9.610/1998, é expressamente **proibida** a reprodução, distribuição ou divulgação deste simulado, no todo ou em parte, sem a devida autorização.

Este material é de **uso exclusivo do comprador**.

## PROVAS OBJETIVAS

### Estrutura das Questões

As provas da CEBRASPE são compostas por assertivas, onde você deve julgar se a afirmativa está certa ou errada. Ao contrário das provas com alternativas de múltipla escolha, cada questão oferece apenas as opções de "Certo" ou "Errado", sem variações como "A", "B", "C" etc.

### Correção e Pontuação

A Nota em cada item da prova objetiva de conhecimentos gerais P1, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova objetiva de conhecimentos básicos P1; 1,00 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova objetiva de conhecimentos básicos P1; 0,00 ponto, caso não haja marcação ou haja marcação dupla (C e E).

A nota em cada item da prova objetiva de conhecimentos específicos P2, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova objetiva de conhecimentos específicos P2; 1,00 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da provas objetiva de conhecimentos básicos P1; 0,00 ponto, caso não haja marcação ou haja marcação dupla (C e E).

## DICAS

### **Separe um ambiente silencioso e sem interrupções**

Durante a realização do simulado, procure estar em um local tranquilo, bem iluminado e livre de distrações. Isso contribui para uma experiência próxima à realidade do concurso.

### **Cronometre o tempo total do simulado**

Utilize um cronômetro para respeitar o tempo máximo da prova, conforme o padrão da banca. Essa prática é essencial para desenvolver controle de tempo e resistência mental.

### **Evite pausas desnecessárias durante a prova**

Levante-se apenas para ir ao banheiro, se for indispensável. Deixe uma garrafinha de água ao lado da mesa, tal como é permitido nos dias de prova. O foco contínuo é um diferencial competitivo.

### **Mantenha na mesa apenas o essencial**

Durante o simulado, utilize apenas caneta esferográfica e a prova impressa. Evite apoio em materiais extras, cadernos ou celulares, a fim de treinar a disciplina exigida no ambiente real do concurso.

### **Resolva primeiro as questões que você domina**

Uma boa estratégia é iniciar pelas disciplinas ou conteúdo em que o candidato tem maior segurança. Isso ajuda a ganhar ritmo, confiança e tempo para se concentrar nas questões mais complexas posteriormente.

### **Use folha de respostas para marcar as alternativas**

Sempre que possível, preencha uma folha de respostas semelhante à da banca examinadora. Esse treinamento ajuda a evitar erros de transcrição no dia da prova.

### **Corrija o simulado com atenção e registre seus erros**

Após a prova, corrija cuidadosamente cada item e anote os erros cometidos por matéria e por tipo de questão. O autoconhecimento é fundamental para aprimorar o desempenho.

### **Inclua simulados com regularidade em seu cronograma**

A prática contínua de simulados contribui para a evolução do desempenho, melhora o tempo de resolução e reduz a ansiedade diante da prova oficial.

### **Acompanhe sua evolução com atenção aos resultados**

Registre seu percentual de acertos a cada simulado. Comparar desempenhos ao longo do tempo ajuda a medir sua evolução real e ajustar sua preparação de forma eficiente.



- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## --PROVAS OBJETIVAS --

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

**TEXTO CB1A1**

A continência militar constitui um dos mais emblemáticos rituais de saudação nas forças armadas e forças auxiliares, representando um sinal de deferência e respeito à hierarquia. Sua gênese remonta à Idade Média, período em que cavaleiros, ao se aproximarem de seus superiores, alçavam a viseira do elmo para demonstrar submissão e boa-fé. Com o passar dos séculos, essa manifestação simbólica foi institucionalizada e, atualmente, integra os códigos disciplinares das instituições castrenses ao redor do mundo.

No Brasil, a continência está regulamentada nos estatutos e regulamentos disciplinares das corporações militares, sendo considerada uma exteriorização da ética marcial, da cortesia e do profissionalismo. Sua execução é impositiva em circunstâncias específicas, como na presença do Pavilhão Nacional, na audição do Hino Nacional e no cumprimento a autoridades e superiores hierárquicos. Ademais, pode ser realizada entre militares de mesma patente como um sinal de reconhecimento e urbanidade.

Não se trata, porém, de um simples ato protocolar ou automatizado. A continência militar representa a coesão, a disciplina e o espírito de corpo, elementos indissociáveis da caserna. Sua execução requer precisão gestual, observando normas rígidas, tais como o alinhamento meticuloso dos dedos e a inclinação correta do antebraço. O descumprimento dessa obrigação pode ser interpretado como insubordinação, ensejando reprimendas disciplinares.

Todavia, há exceções à exigência da continência. Militares em serviço de sentinela ou guarnição, por exemplo, substituem o gesto por outras formas de saudação previstas nos regulamentos. Da mesma forma, quando trajando vestes civis, a obrigação da continência pode ser mitigada, sendo substituída por gestos de urbanidade compatíveis com o ambiente.

Dessa maneira, a continência militar transcende sua dimensão fenomênica, consolidando-se como um símbolo do ethos castrense. Não se trata de mera formalidade, mas de uma exteriorização dos valores estruturantes das forças armadas, tais como hierarquia, disciplina e comprometimento institucional.

(Simulando a Banca)

Em relação às ideias do texto CB1A1, julgue os itens subsequentes.

1. De acordo com o texto, a continência militar tem caráter exclusivamente visual, sendo um gesto desprovido de significado simbólico dentro das forças armadas.
2. A obrigação de prestar continência militar pode ser dispensada em determinadas circunstâncias, como no caso de militares que estejam trajando vestes civis.

3. O descumprimento da exigência de prestar continência militar pode acarretar sanções disciplinares, pois esse gesto é um dever previsto nos regulamentos das corporações militares.
4. O emprego da palavra “gênese” no primeiro parágrafo do texto indica, no contexto, o sentido de origem ou começo de um fenômeno ou prática.

Julgue os itens a seguir, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto CB1A1.

5. O termo “castrenses”, empregado no primeiro parágrafo, poderia ser substituído por “militares” sem que houvesse alteração do significado da oração.
6. No trecho “Sua execução requer precisão gestual, observando normas rígidas, tais como o alinhamento meticuloso dos dedos e a inclinação correta do antebraço” (terceiro parágrafo), a substituição de “tais como” por “como por exemplo” manteria a correção gramatical e o sentido original do trecho.
7. Na frase “Com o passar dos séculos, essa manifestação simbólica foi institucionalizada e, atualmente, integra os códigos disciplinares das instituições castrenses ao redor do mundo” (primeiro parágrafo), o uso da vírgula após “e” é facultativo, pois não há mudança de sentido caso seja suprimida.
8. No trecho “O descumprimento dessa obrigação pode ser interpretado como insubordinação, ensejando reprimendas disciplinares.” (terceiro parágrafo), a substituição de “pode ser interpretado” por “é interpretado” alteraria o sentido original da frase.
9. Em “No Brasil, a continência está regulamentada nos estatutos e regulamentos disciplinares das corporações militares, sendo considerada uma exteriorização da ética marcial, da cortesia e do profissionalismo” (segundo parágrafo), o termo “sendo considerada” exerce função de adjunto adverbial de causa, indicando o motivo pelo qual a continência está regulamentada.
10. No trecho “Dessa maneira, a continência militar transcende sua dimensão fenomênica, consolidando-se como um símbolo do ethos castrense” (último parágrafo), a substituição de “Dessa maneira” por “Por conseguinte” manteria a coerência textual e a correção gramatical.

11. No trecho “A continência militar constitui um dos mais emblemáticos rituais de saudação nas forças armadas e forças auxiliares” (primeiro parágrafo), o predicado da oração é classificado como verbo-nominal, pois há a presença de um verbo de ligação e um predicativo do sujeito.

Julgue os itens seguintes, acerca das normas de redação oficial segundo o Manual de Redação da Presidência da República.

12. Impessoalidade é um dos princípios fundamentais da redação oficial, o que significa que os textos devem evitar marcas de subjetividade, opiniões pessoais e expressões coloquiais.

13. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, o uso da linguagem técnica deve ser evitado nos documentos oficiais, mesmo em comunicações destinadas a especialistas, pois a redação oficial deve priorizar o uso de termos acessíveis ao público geral.

14. O Memorando, conforme as diretrizes do Manual de Redação da Presidência da República, deve ser utilizado exclusivamente para comunicações entre órgãos distintos da administração pública federal, garantindo a formalidade do expediente.

15. A concisão é um princípio fundamental da redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República, e deve ser aplicada sem comprometer a clareza da mensagem, evitando repetições desnecessárias e prolixidade.

Com base na lei que Organiza a Justiça Militar da União e no Regimento Interno do STM, julgue os itens.

16. De acordo com a Lei nº 8.457/1992, as decisões do Superior Tribunal Militar, tanto judiciais quanto administrativas, devem ser tomadas por maioria de votos, desde que haja a presença mínima de oito ministros, sendo ao menos quatro militares e dois civis, salvo quando houver exigência de quórum especial estabelecida por lei.

17. Conforme a Lei nº 8.457/1992, compete ao juiz federal da Justiça Militar julgar monocraticamente os habeas corpus, habeas data e mandados de segurança contra ato de autoridade militar praticado em razão da ocorrência de crime militar, inclusive quando cometido por oficial-general.

18. O Presidente do Superior Tribunal Militar possui a competência de encaminhar a proposta orçamentária aprovada pelo Tribunal e gerir os recursos orçamentários da Justiça Militar, podendo delegar essa função na forma da lei.

19. De acordo com o Regimento do STM, a revisão criminal é um dos tipos de processos sujeitos à revisão no âmbito do tribunal.

20. O magistrado que estiver licenciado não poderá exercer qualquer função pública ou particular, mesmo que sua condição de saúde permita a continuidade de atividades jurídicas limitadas.

21. No Superior Tribunal Militar, todas as comunicações de atos processuais e transmissões de peças processuais devem ocorrer por meio eletrônico, independentemente do tipo de procedimento.

De acordo com o Regime Jurídico Único, Processo Administrativo e Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral julgue os itens.

22. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, desde que haja fatos novos ou circunstâncias que possam justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, inclusive por familiares no caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor.

23. A promoção interrompe o tempo de exercício do servidor público federal, sendo necessário reiniciá-lo a partir do novo posicionamento na carreira.

24. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, um servidor é suspeito de atuar em processo administrativo quando tiver interesse direto ou indireto na matéria, tiver participado ou for parente de participante no processo ou estiver litigando judicial ou administrativamente com o interessado.

25. Conforme a Resolução nº 351/2020 do CNJ, a abordagem das situações de assédio e discriminação deve considerar sua relação com a organização e gestão do trabalho, bem como suas dimensões sociocultural, institucional e individual.

Julgue os itens seguintes, referentes a Improbidade Administrativa.

26. O sucessor ou herdeiro de quem causou dano ao erário ou se enriqueceu ilícitamente é responsável pela reparação do dano até o limite do patrimônio transferido, e essa responsabilidade sucessória também se aplica em casos de alteração contratual, fusão, incorporação, transformação ou cisão societária.

27. Constitui ato de improbidade administrativa, o enriquecimento ilícito obtido mediante ato culposos que resulte em vantagem patrimonial indevida para o agente público no exercício de sua função.

28. Constitui ato de improbidade administrativa o recebimento de vantagem econômica para tolerar a exploração de jogos de azar, lenocínio, narcotráfico, contrabando, usura ou qualquer outra atividade ilícita, bem como a aceitação de promessa de tais vantagens.

29. Realizar operação financeira sem observância das normas legais ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, desde que essa conduta gere efetiva e comprovada perda patrimonial.

Julgue os itens seguintes, com base em conceitos doutrinários sobre ética e moral no setor público.

30. A ética é um conceito absoluto e universal, cujas normas são invariáveis ao longo do tempo e independem dos valores culturais e sociais vigentes.
31. No âmbito da ética pública, os princípios éticos funcionam como diretrizes gerais que orientam a conduta dos agentes públicos, enquanto os valores estão diretamente ligados às convicções e crenças individuais, podendo ser distintos entre diferentes indivíduos.
32. A democracia moderna exige o exercício contínuo da cidadania ativa, o que implica que a ética democrática não se restringe à escolha de representantes, mas se estende à participação social e ao controle sobre as decisões políticas.
33. A ética no setor público fundamenta-se exclusivamente na observância da legalidade, pois o cumprimento estrito das normas jurídicas assegura uma conduta ética por parte dos agentes públicos.

De acordo com a Constituição Federal e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores julgue os itens.

34. As polícias penais, responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais de todo país, são órgãos vinculados ao governo federal, sendo posteriormente cedidas aos estados para atuação nos respectivos sistemas penitenciários.
35. O mandado de segurança não pode ser impetrado contra atos praticados em licitações promovidas por sociedades de economia mista ou empresas públicas, pois essas entidades não integram a administração pública direta.
36. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União são processados e julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.
37. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, desde que cada uma delas se manifeste pela maioria absoluta de seus membros.
38. A concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária será disciplinada por lei ordinária, que estabelecerá suas condições e limites.

Conforme o Direito Penal Militar e jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

39. Durante uma operação de treinamento conjunto entre as Forças Armadas brasileiras e uma tropa estrangeira, um militar brasileiro, em missão oficial, comete um crime contra outro militar brasileiro dentro da base militar do Brasil situada em território estrangeiro. Posteriormente, ele é julgado e condenado pela Justiça do país onde ocorreu o crime. Ao retornar ao Brasil, o militar é denunciado perante a Justiça Militar brasileira pelo mesmo fato.  
Assertiva: Nesse caso, a aplicação da lei penal militar brasileira é afastada em razão da condenação imposta pela Justiça estrangeira, impedindo a reabertura do processo no Brasil.
40. O sargento Rodrigo, lotado em uma unidade militar no interior do país, ausentou-se sem autorização e permaneceu fora por 12 dias antes de se apresentar voluntariamente à sua unidade.  
Assertiva: Considerando as disposições do Código Penal Militar sobre deserção, a pena aplicável ao militar será reduzida em razão de sua apresentação espontânea.
41. Um tenente das Forças Armadas foi preso em flagrante dentro de uma organização militar portando substância entorpecente para consumo pessoal. Durante a audiência de custódia, sua defesa alegou que ele deveria responder pelo artigo 28 da Lei nº 11.343/2006, que trata do porte de drogas para uso próprio, ao invés de ser julgado pela Justiça Militar da União.  
Assertiva: Diante desse contexto, a Justiça Militar da União deve aplicar a Lei nº 11.343/2006, pois esta dispõe sobre crimes relacionados a drogas, independentemente da condição militar do agente.
42. Deixar o comandante de empregar todos os meios ao seu alcance para evitar a perda, destruição ou inutilização de instalações militares, navio, aeronave ou engenho de guerra motomecanizado em perigo configura crime punível com detenção, independentemente de dolo ou culpa.
43. O militar que abandona, sem ordem superior, o posto ou serviço que lhe foi designado ou deixa de desempenhar a missão que lhe foi confiada incorre no mesmo tipo penal e está sujeito à mesma pena prevista no Código Penal Militar.

Com base Código de Processo Penal Militar, julgue os itens a seguir.

44. Um militar da Aeronáutica, durante viagem em aeronave particular de turismo que sobrevoava o território internacional e que não estava sob comando militar, cometeu uma infração penal militar. Diante disso, o Código de Processo Penal Militar será aplicado ao caso, uma vez que a aeronave transportava militar brasileiro em missão oficial.
45. Encontrando indícios de crime militar praticado por oficial de patente superior, o comandante da unidade militar onde ocorreu o fato deve abster-se de instaurar o inquérito policial militar de ofício, aguardando a determinação ou delegação da autoridade militar superior, em razão da hierarquia do infrator.

46. Se a infração penal militar for praticada por oficial com posto igual ou superior ao do comandante da unidade em que ocorreu o fato, a autoridade local deverá comunicar o ocorrido à autoridade militar superior, a quem caberá autorizar ou determinar a instauração do inquérito policial militar.
47. O encarregado do inquérito policial militar poderá manter o indiciado preso incomunicável, pelo prazo máximo de três dias, desde que a prisão seja legal.
48. Estando o indiciado solto, o inquérito policial militar deverá ser concluído no prazo de até quarenta dias, prorrogáveis uma única vez por mais vinte dias, sendo vedada qualquer nova prorrogação, ainda que necessária à realização de exames periciais já iniciados.
49. No âmbito da Justiça Militar, a ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Federal.
50. Crimes definidos exclusivamente em legislação penal especial podem ser enquadrados como crimes militares em tempo de guerra, desde que praticados em território estrangeiro sob ocupação militar brasileira.

---

**ESPAÇO LIVRE**

### -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca do tema: documentos digitais, certificação digital, preservação digital, e modelos de requisitos, julgue os itens.

51. A certificação digital garante a autenticidade, a integridade e a confidencialidade dos documentos digitais arquivísticos, por meio de infraestrutura baseada na criptografia simétrica.
52. O modelo de referência OAIS (Open Archival Information System) é uma norma internacional que define diretrizes para preservação a longo prazo de documentos digitais em repositórios confiáveis.
53. A gestão eletrônica de documentos (GED) é restrita ao arquivamento e recuperação de arquivos digitais, não contemplando o controle de produção, tramitação ou uso desses documentos.
54. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) são estruturas técnico-institucionais que asseguram a preservação e o acesso contínuo a documentos arquivísticos digitais autênticos.

Com base no ciclo documental, protocolo, avaliação documental e classificação, julgue os itens a seguir.

55. A fase corrente do ciclo de vida dos documentos corresponde ao período em que o documento é frequentemente utilizado e, por isso, deve ser mantido próximo às unidades produtoras, para fins administrativos imediatos.
56. A tabela de temporalidade é um instrumento utilizado exclusivamente para classificar documentos segundo seus assuntos, sem qualquer relação com prazos de guarda ou destinação final.
57. O protocolo é responsável por atividades como recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos, constituindo uma etapa fundamental da gestão documental.

De acordo com a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais julgue os itens.

58. A administração da documentação pública compete exclusivamente ao Arquivo Nacional, que atua como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, sendo responsável pela gestão de documentos dos três Poderes da União e de todas as esferas federativas.
59. A instituição pode iniciar o processo de digitalização de seu acervo arquivístico mesmo antes da avaliação, classificação e organização dos documentos físicos, desde que disponha dos recursos orçamentários e técnicos necessários, pois a digitalização independe da condição do suporte original.

60. A transferência internacional de dados pessoais, de acordo com a LGPD, somente é permitida se o país de destino garantir grau de proteção de dados pessoais equivalente ao previsto na legislação brasileira, sendo vedada a transferência com base apenas no consentimento do titular.

Conforme os Modelos e Processos de Gestão de Pessoas, julgue os itens.

61. A gestão estratégica de pessoas, ao contrário da administração tradicional de pessoal, pressupõe a articulação entre os subsistemas de recursos humanos e o planejamento organizacional, com vistas à obtenção de vantagens competitivas sustentáveis, integrando as práticas de gestão ao desempenho organizacional.
62. No processo de análise de cargos, a ênfase é colocada nas exigências comportamentais e atitudinais do ocupante, ao passo que a descrição de cargos se concentra exclusivamente nas condições físicas e ambientais da atividade, desconsiderando os aspectos de competência requeridos.
63. O desenho de cargos com base na abordagem sociotécnica prioriza a autonomia, a significância da tarefa e o feedback interno, visando à humanização do trabalho e à adaptação entre tecnologia e estrutura organizacional.

Em relação a Motivação, Satisfação e Comportamento Organizacional julgue os itens subsequentes.

64. Para a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, fatores como remuneração e condições físicas de trabalho, quando otimizados, promovem elevada motivação intrínseca, enquanto os fatores motivacionais, como reconhecimento, atuam apenas na redução da insatisfação.
65. De acordo com a Teoria da Expectativa, a motivação depende da interação entre três dimensões: expectativa (esforço → desempenho), instrumentalidade (desempenho → recompensa) e valência (valor atribuído à recompensa). O modelo permite compreender a ação racional do indivíduo diante de diferentes alternativas comportamentais no trabalho.
66. Em grupos de trabalho altamente coesos, a tendência à conformidade e à manutenção da harmonia interna favorece a inovação, a tomada de decisões racionais e a eliminação de conflitos interpessoais disfuncionais.

Julgue os itens referentes a Comunicação, Cultura Organizacional e Gestão por Competências.

67. A comunicação organizacional eficaz requer o alinhamento entre os canais formais e informais, devendo a liderança reconhecer o papel estratégico da rede informal na disseminação da cultura organizacional e na geração de confiança entre os membros.

68. Segundo Edgar Schein, os elementos da cultura organizacional podem ser observados e identificados de forma objetiva por meio de seus artefatos visíveis, não sendo necessário considerar crenças, valores ou pressupostos implícitos para a compreensão da cultura de uma organização.
69. A gestão por competências, ao contrário da abordagem tradicional centrada em cargos, baseia-se na identificação de conjuntos sinérgicos de conhecimentos, habilidades e atitudes que agregam valor ao indivíduo e à organização, permitindo maior flexibilidade e alinhamento estratégico.
70. A gestão do conhecimento é essencialmente tecnológica, baseada na criação de repositórios digitais e bases informatizadas de dados que substituem os processos humanos de aprendizagem e experiência, eliminando a necessidade de interação interpessoal nas organizações.

---

No que se refere ao Papel do Estado e a atuação do Governo nas Finanças Públicas, julgue os itens.

71. A função alocativa do Estado se limita à provisão de bens públicos puros, sendo desnecessária nos casos de bens meritórios, pois estes podem ser ofertados eficientemente pelo mercado competitivo.
72. A intervenção estatal na economia, por meio da função estabilizadora, visa atenuar os ciclos econômicos, utilizando-se de instrumentos como a política fiscal e a política monetária para controlar inflação, desemprego e desequilíbrios na balança de pagamentos.
73. A atuação distributiva do Estado pressupõe a utilização do sistema orçamentário como mecanismo de redistribuição de renda, por meio de políticas públicas direcionadas, como programas sociais e transferências voluntárias, ainda que sem comprometer o equilíbrio fiscal.

---

Julgue os itens a seguir, relativos a Orçamento público: conceito, princípios, técnicas e ciclo.

74. O princípio da universalidade determina que o orçamento deve abranger todas as receitas e despesas da administração pública, com exceção das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, que não necessitam de autorização legislativa específica.
75. A técnica orçamentária conhecida como orçamento-programa introduziu o conceito de planejamento estratégico no processo orçamentário, vinculando os programas governamentais às metas físicas e financeiras a serem atingidas, com foco na mensuração de resultados.
76. O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, apreciação, execução e controle, sendo que, durante a fase de execução, é vedado ao Poder Executivo alterar as dotações orçamentárias originalmente aprovadas, ainda que por meio de créditos adicionais autorizados por lei.

---

Considerando o Orçamento no Brasil e Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens.

77. O Plano Plurianual (PPA) tem como principal objetivo detalhar, de forma regionalizada, as despesas de capital do governo, devendo abranger um período de cinco anos e ser elaborado no primeiro ano de mandato presidencial.
78. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem por finalidade principal orientar a elaboração da LOA, mas também cumpre papel de controle fiscal ao estabelecer metas fiscais e regras sobre a limitação de empenho e movimentação financeira.
79. A Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme estabelece a Constituição Federal, deve conter apenas o orçamento fiscal da União, sendo vedada a inclusão do orçamento de investimentos das estatais e da seguridade social no mesmo instrumento normativo.
80. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites à dívida consolidada líquida dos entes federados, sendo obrigatória a eliminação do montante excedente no prazo máximo de três trimestres subsequentes à apuração do excesso, sob pena de restrições fiscais.

---

Julgue os itens relativos a Ato Administrativo, Poderes e Controle da Administração Pública.

81. O exercício do poder de autotutela pela Administração Pública, consubstanciado na prerrogativa de anular seus próprios atos quando eivados de vícios de legalidade, prescinde de provocação judicial, ainda que o ato anulado tenha gerado efeitos concretos e favoráveis a terceiros.
82. A revogação de atos administrativos discricionários com efeitos concretos está subordinada à conveniência e oportunidade do administrador, podendo alcançar inclusive os atos vinculados desde que ainda não exauridos em seus efeitos jurídicos.
83. A convalidação do ato administrativo viciado, ao ser realizada pela Administração Pública, opera efeitos ex tunc, restaurando a juridicidade do ato desde sua origem, desde que o vício seja sanável e não haja prejuízo a terceiros ou afronta ao interesse público.

---

Com relação a Agentes Públicos, Regime Jurídico e Processo Disciplinar, julgue os itens subsequentes.

84. A estabilidade do servidor público efetivo se consolida automaticamente após três anos de efetivo exercício, sendo prescindível a avaliação especial de desempenho prevista na Constituição para a aquisição dessa garantia.
85. Os empregados públicos de empresas estatais que exerçam função de natureza tipicamente estatal submetem-se ao regime jurídico-administrativo, inclusive no que tange às prerrogativas e restrições funcionais.

86. A vitaliciedade, atributo próprio de membros da magistratura e do Ministério Público, impede que esses agentes sejam exonerados ou removidos compulsoriamente, salvo por sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo instaurado por decisão colegiada.
87. O PAD constitui instrumento garantidor da legalidade administrativa, permitindo que o servidor seja penalizado com base em presunções de culpabilidade e critérios de conveniência administrativa, sem necessidade de apuração formal do fato imputado.

---

Com base na Organização Administrativa e Responsabilidade Civil do Estado, julgue os itens.

88. A responsabilidade objetiva do Estado por condutas omissivas somente se configura nos casos em que se comprova a existência de dever legal específico de agir, aliado ao nexo de causalidade direto entre a omissão estatal e o dano sofrido.
89. As empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica submetem-se ao regime jurídico de direito público, inclusive no que concerne à responsabilidade objetiva perante terceiros.
90. As organizações sociais e as OSCIPs, por integrarem a estrutura da Administração Pública Indireta, estão sujeitas ao regime de licitações e contratos previsto na Lei de licitações, independentemente de convênio ou parceria firmada com o Poder Público.

---

Com base na Lei 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações, julgue os itens.

91. Os órgãos do Poder Legislativo municipal estão submetidos às normas gerais da nova lei de licitações quando atuam no exercício típico da função legislativa.
92. A celeridade, por representar princípio da eficiência procedimental, autoriza a Administração a flexibilizar formalidades legais nos procedimentos licitatórios sempre que isso implicar maior rapidez na conclusão do certame.
93. A consultoria técnica prestada por pessoa jurídica especializada na elaboração de pareceres tributários integra o conceito de serviços comuns, podendo ser contratada por pregão.
94. É juridicamente viável a contratação direta, por inexigibilidade, de profissional do setor artístico representado por empresário que detenha exclusividade apenas para um evento ou local específico, desde que o artista seja consagrado pela opinião pública.
95. Nos casos de contratação direta indevida por erro grosseiro, somente o agente público responsável responderá pelos prejuízos causados ao erário, já que o contratado, agindo de boa-fé, não pode ser penalizado.

96. A contratação direta, com dispensa de licitação, para obras de engenharia de valor inferior a R\$ 100.000,00 é admitida pela legislação vigente, mas depende de justificativa formal quanto à singularidade do objeto ou exclusividade do fornecedor.
97. É admissível que a Administração, com base na autonomia administrativa e desde que fundamente sua decisão, adote procedimento híbrido que combine elementos do pregão e da concorrência, visando assegurar maior competitividade e eficiência no certame.
98. A Secretaria de Patrimônio de um município deliberou promover a alienação de veículos obsoletos por meio de leilão eletrônico. Para condução do certame, designou leiloeiro oficial contratado por inexigibilidade, sob o argumento de que se tratava do único profissional habilitado na circunscrição territorial da municipalidade, dispensando procedimento seletivo prévio. Assertiva: A conduta da Administração Pública afronta a disciplina normativa aplicável, haja vista que a escolha do leiloeiro oficial, nos moldes da nova lei de licitações, subordinasse à prévia seleção mediante credenciamento ou pregão, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre a comissão, conforme os parâmetros legais da categoria profissional.

---

De acordo com Decreto nº 11.462/2023 que regulamenta os artigos da Lei de Licitação, julgue os itens a seguir.

99. No sistema de registro de preços, conforme regulamentação federal vigente, é admissível a adoção do critério de julgamento por grupo de itens, desde que justificada a inviabilidade de adjudicação por item e comprovada a vantagem técnica e econômica dessa adoção.
100. Um município que não integrou o procedimento original de registro de preços poderá aderir à ata na qualidade de não participante, desde que obtenha autorização do órgão gerenciador, mesmo que o fornecedor não tenha previamente se manifestado.
101. O uso indevido de senhas de acesso ao Sistema de Registro de Preços digital, ainda que não resulte em prejuízo concreto, poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e penal dos agentes públicos envolvidos.

---

Julgue os itens a seguir com relação a Elaboração Contratual e Acompanhamento da Execução.

102. As cláusulas contratuais que definem indicadores de nível de serviço funcionam como instrumentos de mensuração objetiva da qualidade da execução contratual, permitindo o controle de resultados e a eventual aplicação de penalidades em caso de desempenho insatisfatório.
103. O acompanhamento da execução contratual deve ser feito exclusivamente por servidor ocupante de cargo efetivo, vedada a designação de equipe de apoio ou a delegação de funções a outros servidores.

104.O preposto da contratada é responsável por executar diretamente os serviços contratados, respondendo pessoalmente por quaisquer vícios ou inadimplementos identificados durante a execução.

Julgue os itens acerca da Fiscalização, Irregularidades e Sanções Contratuais.

105.O fiscal de contrato, ao constatar falha na execução contratual, deve promover o imediato registro formal da ocorrência e comunicar à autoridade competente para providências, ainda que a contratada demonstre intenção de corrigir o problema.

106.A aplicação de sanções contratuais prescinde de processo administrativo, bastando o relatório do fiscal do contrato que identifique a infração e proponha a penalidade.

107.O fiscal do contrato poderá ser responsabilizado solidariamente com a contratada nos casos em que, por omissão, tenha contribuído para a ocorrência de danos ao erário decorrente da execução contratual.

108.A notificação de irregularidades durante a execução contratual deve ser feita pela autoridade superior ao fiscal, com base em relatórios mensais consolidados, e não diretamente pelo fiscal, para evitar responsabilização pessoal.

Julgue os próximos itens, referentes à Classificação de Materiais e Recebimento/Armazenagem.

109.A classificação de materiais com base em atributos físicos e funcionais, como forma, peso, finalidade e composição, permite à organização racionalizar seus estoques, padronizar procedimentos de aquisição e facilitar o controle patrimonial.

110.A classificação cruzada de materiais, combinando critérios como criticidade, valor e frequência de uso, constitui uma abordagem mais robusta de gestão, sendo considerada superior à classificação exclusivamente por valor, como a curva ABC.

111.O processo de entrada de materiais compreende não apenas o registro documental da aquisição, mas também a verificação física e quantitativa dos produtos, sendo que a conferência deve ocorrer exclusivamente após o tombamento patrimonial.

112.A armazenagem, enquanto função logística estratégica, visa não apenas à guarda dos materiais, mas também à preservação de suas condições de uso, à otimização dos espaços físicos e à racionalização dos fluxos internos de movimentação.

113.O arranjo físico do almoxarifado deve obedecer à lógica administrativa do organograma institucional, de modo que os setores com maior autoridade hierárquica tenham maior proximidade física dos materiais críticos.

114.A metodologia da curva ABC, fundamentada no princípio de Pareto, classifica os itens de estoque em três categorias, sendo que os itens da classe A correspondem a aproximadamente 20% dos itens que representam cerca de 80% do valor total do estoque.

115.Na construção da curva ABC, os itens de estoque devem ser ordenados de forma crescente, dos itens de menor valor unitário para aqueles de maior valor unitário, a fim de identificar os itens críticos para a gestão de materiais.

Com relação a Gestão Patrimonial, julgue os itens.

116.O tombamento patrimonial consiste na formalização da incorporação de um bem ao acervo da entidade pública, exigindo-se, além da escrituração no sistema contábil, a identificação física do bem, independentemente de sua natureza ou valor.

117.O inventário patrimonial, como instrumento de controle físico dos bens móveis e imóveis da Administração, deve ser realizado apenas ao final do exercício financeiro, sendo vedadas verificações intermediárias ou por amostragem.

118.A alienação de bens móveis classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis depende de prévia avaliação técnica e, quando necessária, da autorização legislativa, conforme previsto nas normas gerais de licitações e contratos administrativos.

119.A baixa patrimonial deve ser precedida de apuração de responsabilidade e de sindicância administrativa, mesmo nos casos em que a perda do bem se deu por obsolescência natural ou desgaste por uso regular.

120.O controle de bens móveis e imóveis da Administração Pública é uma atividade contínua, cuja finalidade é garantir a fidedignidade dos registros patrimoniais e subsidiar a tomada de decisões gerenciais, não se restringindo, portanto, ao cumprimento de obrigações contábeis ou legais.

#### ESPAÇO LIVRE